



#Rio2016

A cidade “pacificada” para os Jogos às custas do sangue negro das favelas

Originalmente publicado no [Medium](#), em 14 de dezembro de 2015

Autoria de Thiago Mendes / Instituto PACS

Fotos de Aline Furtado

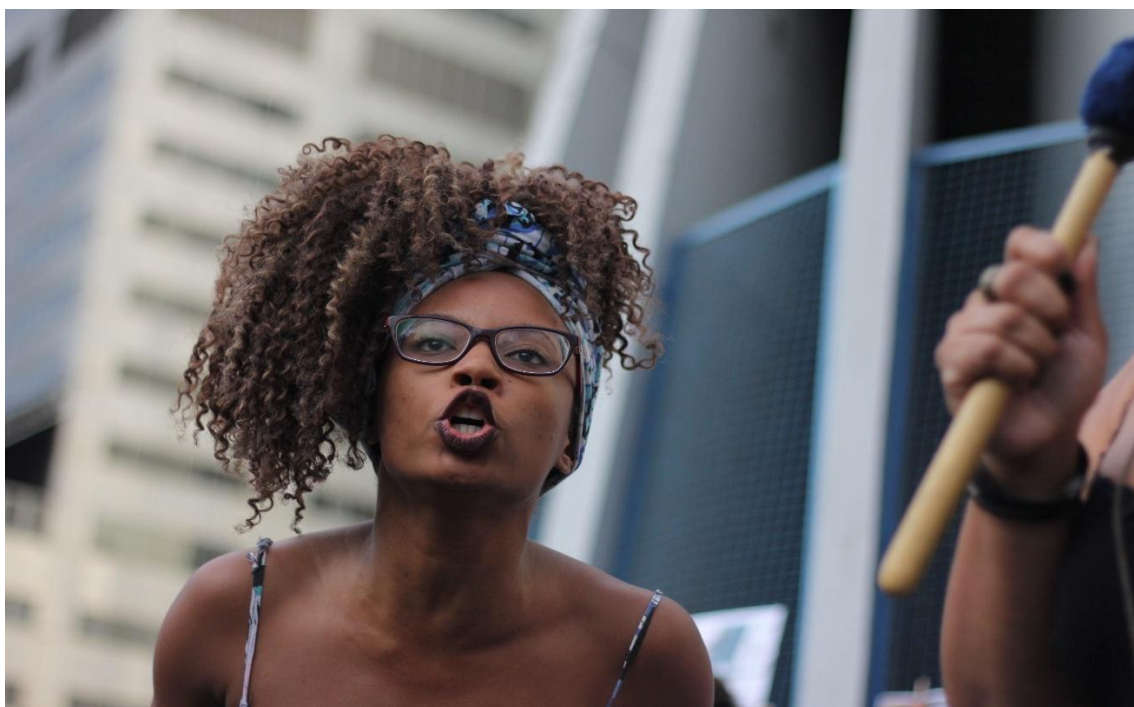


Foto: Aline Furtado/Pacs

Apreparação para os megaeventos no Rio de Janeiro vem deixando marcas visíveis na cidade, como as grandes obras, as remoções e o fechamento de equipamentos públicos esportivos. Cercado por violações de Direitos Humanos, como o direito à moradia, ao trabalho e à cidade, o “legado olímpico” se torna ainda mais questionável quando vêm à tona novos casos

de mortos e desaparecidos em razão da atuação da polícia militar nas favelas da cidade. Na tentativa de mostrar ao mundo que os morros da Cidade Olímpica estão “pacificados”, o governo do Estado do Rio aumenta o número de policiais militares, em um processo que mata principalmente jovens negros e pobres.

A discussão sobre a militarização e os abusos da ação policial voltou à tona neste fim de ano após o assassinato de cinco jovens negros, metralhados por 111 tiros de pistola e fuzil dentro de um carro no bairro Costa Barros, na Zona Norte do Rio. Os jovens foram mortos quando voltavam para casa após um lanche. Eles comemoravam o primeiro salário da vida do mais novo deles: Robério de Souza Penha, de 16 anos.



Ato em Madureira (03/12/15) chamou atenção para o genocídio da juventude negra no Rio. Foto: Thiago Mendes/Pacs

A morte de moradores em comunidades pobres no Estado do Rio, principalmente onde se instalaram Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), é uma realidade recorrente e o crescimento dos casos assusta. De janeiro a

julho de 2015, 408 pessoas foram mortas pela polícia militar em ocorrências registradas como “autos de resistência”, ou seja, em que a ação do policial teria ocorrido como defesa a um ataque. Houve um aumento de 18,6% em relação ao mesmo período de 2014 nesses casos, segundo levantamento feito pela Justiça Global.

Muitas vezes, as cenas das mortes são adulteradas pelos próprios policiais, que forjam provas e cenas de confrontos que não existiram. Foi o caso da morte dos cinco jovens em Costa Barros, em que houve contradições entre o depoimento dos policiais e a cena do crime, e da morte de Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, no Morro da Providência, morto em setembro deste ano. Um vídeo mostrou policiais posicionando uma pistola na mão do adolescente morto.

Do luto à luta — Quando os jovens se vão, restam às mães a busca por Justiça pelo homicídio. Ana Paula Oliveira, moradora da favela de Manguinhos, é uma dessas mães que transformaram o luto da morte do filho na luta pelo fim da violência policial.



Ana Paula Oliveira (segunda da direita para a esquerda) participa de ato no Largo da Carioca. Foto: Aline Furtado/Pacs

Eram 15h30 do dia 14 de maio de 2014 quando Johnatha de Oliveira Lima, de 19 anos, saiu para deixar a namorada em casa. Ao voltar, passou por onde havia uma troca de tiros na favela. Todos começaram a correr, mas a arma de um policial mirou e disparou na direção de Johnatha, que morreu no hospital.

“O policial que assassinou meu filho já tinha sido indiciado por outros três homicídios e duas tentativas um ano antes. Ele seguiu livre para assassinar. Hoje minha vida é essa luta em busca de Justiça. Eles matam e criminalizam nossos filhos. Colocam nossos filhos, que foram vítimas, como culpados. Isso é inaceitável”, revolta-se Ana Paula. Na época, a polícia alegou que Jonathan foi autor de disparos de arma de fogo. O jovem foi a terceira vítima da polícia em Manguinhos, comunidade que tem uma base da UPP desde 2013.

Naquele ano, a vítima foi Paulo Roberto Pinho de Menezes, na época com 18 anos, sufocado e espancado até a morte, conforme apontou o laudo pericial. Cinco policiais da UPP de Manguinhos foram acusados pelo assassinato. A segunda audiência do caso está marcada para janeiro de 2016. “Os policiais estavam de tocaia e pegaram ele. Ele estava com amigos, mas só pegaram o Paulo Roberto”, conta a mãe Fátima dos Santos Pinho. Segundo ela, o jovem era perseguido por questionar as abordagens dos policiais na favela.



Fátima Pinho perdeu o filho em 2013, ano da chegada da UPP a Manguinhos. Foto: Aline Furtado/Pacs

Jovens e crianças — Os jovens negros são os principais alvos das abordagens policiais no Rio. Das 1.275 vítimas de assassinatos por intervenção de policiais no Estado do Rio de Janeiro, 79% são negros e 75% são jovens entre 15 e 29 anos. O levantamento foi feito pela Anistia Internacional Brasil Anistia Internacional. No último dia 3 de dezembro, milhares mostraram sua indignação com esse cenário e foram às ruas de Madureira contra o **genocídio da juventude negra da cidade**. No dia 10, mulheres das favelas fizeram uma manifestação no Largo da Carioca, no Centro do Rio.

“A gente é um suspeito em potencial. Enquanto a polícia pensar assim, isso [o genocídio] vai continuar. A UPP foi feita para militarizar a favela”, conta um jovem negro da comunidade Cerro-Corá, no Rio, que pede para não ser identificado. O jovem se pergunta o que acontecerá com os morros “pacificados” após as Olimpíadas, uma vez que em muitos lugares em que a

polícia chegou o tráfico retornou. “A UPP é coisa para inglês ver”, resume o jovem.

A presença das UPP também afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes. No Complexo de Favelas do Alemão, a base da UPP Nova Brasília funciona dentro de uma escola. No Complexo da Penha, crianças com menos de três anos convivem com armas e veículos de guerra, como o “caveirão”.

A educadora infantil Samantha Guedes trabalha desde 2008 em uma creche no Complexo da Penha. Lá, a base da UPP funciona ao lado do prédio onde crianças com menos de três anos passam o dia. Ela conta viver em uma rotina em que precisa agir rápido: jogar-se em cima das crianças para protegê-las quando os disparos das armas começam. “Você se joga por cima da criança, sabe que machuca, mas é a única opção que a gente tem”, detalha ela.

Samantha conta que uma das brincadeiras mais comuns entre as crianças é o “pow-pow-pow”, em que elas imitam os disparos a que assistem cotidianamente. “As crianças pegam o Lego e montam armas, fuzis. Elas também fazem a brincadeira de ‘carregar o corpo da criança’”, explica Samantha.

As crianças “fazem de conta” nessa brincadeira algo bem real na vida dos moradores das favelas: a morte que chega pelas armas da polícia e pela negligência do Estado. São tantos os casos relatados em manchetes de jornais e chamadas de televisão, que a banalização do cenário faz tudo parecer normal, e a vida valer menos.

“Eu espero que as lágrimas da favela ganhem visibilidade. As pessoas veem o Rio de Janeiro como uma cidade linda e maravilhosa. E realmente é. Pena que nem todo mundo pode usufruir dessas belezas e maravilhas. Existe uma população que está sendo condenada a viver sem os seus direitos: direitos básicos como saúde e educação, acesso a cultura. Isso não é do interesse desse governo. O governo tem interesse de colocar polícia na favela para oprimir as pessoas que moram lá. Muita coisa tem que mudar”, resume Ana Paula Oliveira.



Ato em Madureira (03/12/15). Foto: Thiago Mendes



**Leia o mais recente dossiê lançado pelo
Comitê Popular Copa e Olimpíadas**



Saiba Mais sobre Olimpíadas, Militarização e Racismo

Leia a mais recente edição do dossiê do Comitê Popular Copa e Olimpíadas [p.101-119]

Todas as fotos, textos e publicações do Pacs estão sob licença Creative Commons. Todo o material pode ser reproduzido em qualquer meio, sem a necessidade de autorização prévia, desde que citado o Instituto como fonte.